

Memórias ambíguas: modulações narrativas e gestão do passado¹

Ambiguous memories: narrative modulations and management of the past

Roberta Sampaio Guimarães

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Paulo Macedo e Castro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Roberto Marques

Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará, Brasil

RESUMO

O campo das políticas de memória é atravessado por diversos conceitos das ciências sociais e humanas e por formas de narrar elaboradas por produções literárias e artísticas. Neste artigo introdutório ao dossiê, percorremos o giro interpretativo que compreendeu a linguagem como máquina operatória da organização de mundos, em uma abordagem voltada para as linhas de força que sustentam ou tensionam as inscrições e ações memorialistas. Colocamos no centro da análise os territórios em suas historicidades e conflitos, enfatizando situações em que o lembrar pode ser meio de tomar posição, e o narrar e o escutar, caminhos para atravessar o interdito – sejam essas ações e inscrições desenvolvidas em torno de disputas por narrativas históricas, processos de restituição de objetos, intervenções em acervos museais e arquivos, criações e demolições de infraestruturas memoriais ou da patrimonialização de símbolos do passado. Interessam-nos em particular as políticas de reconhecimento e preservação que mobilizam “memórias ambíguas” para questionar consensos sociais e autoridades enunciativas, desafiando lógicas classificatórias indexadoras de sujeitos, territórios e sentidos em categorias estáveis como cultura, nação, sociedade e identidade. Argumentamos que as narrativas portadoras de ambiguidades, contradições e fissuras, ao insistirem em transbordar, desviar

¹ As pesquisas que embasaram este artigo receberam o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 305270/2023-0, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo nº E-26/210.331/2024 e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) projeto Cultura, Inovação e Inclusão Social no Ceará. Nossas reflexões se beneficiaram em especial das trocas realizadas nas mesas redondas: “Cidades, políticas de reconhecimento e gestão de populações” (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2021), “Patrimônios insubmissos, ambíguos e contestados: as fissuras em torno dos processos de reconhecimento de memórias” (Reunião de Antropologia do Mercosul, 2023) e “Memórias ambíguas: processos e narrativas de desestabilização de políticas de reconhecimento e preservação” (Reunião Brasileira de Antropologia, 2024).

e subverter, abrem caminho para a invenção e intervenção política.

Palavras-chave: Políticas de memória, Narrativas, Estado, Conflitos.

ABSTRACT

The field of memory politics shows a range of concepts from the social and human sciences and narrative forms that are shaped by literary and artistic production. This introductory article to this dossier traces the interpretive turn that has understood language as an operative machine for world-making, adopting an approach attuned to the lines of force that sustain or strain memorial inscriptions and actions. We center our analysis on territories in their historicities and conflicts, highlighting situations in which remembering becomes a means of taking a stand and in which narrating and listening emerge as pathways via the interdicted — whether such actions and inscriptions unfold around disputes over historical narratives, processes of restitution of objects, interventions in museum collections and archives, the creation or demolition of memorial infrastructures, or the heritagization of past symbols. We take particular interest in recognition and preservation policies that mobilize “ambiguous memories” to unsettle social consensus and enunciative authority, challenging classificatory logics that fix subjects, territories, and meanings within stable categories such as culture, nation, society, and identity. We argue that narratives marked by ambiguity, contradiction, and fracture, by insisting on overflow, detour, and subversion, open space for invention and political intervention.

Keywords: Memory politics, Narratives, State, Conflicts.

INTRODUÇÃO

Para pensarmos as “memórias ambíguas” é preciso situar sua noção no amplo campo de estudos sobre memórias e políticas públicas. Pois ela atravessa diversos conceitos da tradição de pesquisa antropológica e se abre ao diálogo com outros caminhos e modos de elaborar narrativas e histórias. É preciso também levar em consideração que a própria ideia de memória se move em meio a vozes, gestos e silêncios. Porque lembrar não é o mesmo que produzir memória – essa é sempre uma seleção ativa dos ecos do passado, uma possibilidade de nomear aquilo que, no tempo presente, se deseja afirmar e projetar como visão de futuro. A memória, ao mobilizar sonhos, esperanças, disputas e incômodos, engendra ações.

O adjetivo “ambíguas”, que acompanha nossa perspectiva, remete a uma qualidade essencial da mobilização da memória no campo das políticas públicas: sua natureza construída e controversa. Por vezes calculista, por vezes dissimulada. Ora emancipadora, ora reformista, ora conservadora; parcial ou plural; mas sempre uma arte de manobra, de escolhas e de provisórios consensos. Um ato de negociação, de mediação em meio a promessas de poder, reconhecimento e visibilidade; um modo de acionar recordações para provocar mudanças ou reafirmar o *status quo*. A ambiguidade se torna, então, ferramenta que permite esconder para proteger, expor para reivindicar e ajustar o possível de ser dito ao conveniente de ser ouvido. Ou deixado para depois.

As políticas de memória agem com astúcia nos interstícios das iniciativas de reconhecimento e preservação. Não se inclinam ao resgate literal de uma imagem do passado ou ao retorno a um suposto estado original das coisas. São forjadas por meio de atos e artefatos, articuladas através de imagens de autenticidade, originalidade e tradição, invocando relações e seres invisíveis ou idealizados: modos de vida, nações, mortos, deuses, tempos passado e futuro, terrenos longínquos (Pomian, 1984). A memória, portanto, é algo que se inventa, uma linguagem baseada em processos metafóricos que tanto desvelam o seu objeto quanto o constitui (Assmann, 2021). E aí reside sua força. No caráter criativo, nas operações estéticas e políticas que experimentam e desestabilizam sentidos atribuídos ao mundo social e no seu “coeficiente humanístico”, tal qual visto nas produções de romancistas, poetas, pensadores e artistas afins (Turner, 2008, p. 15).

A literatura, as artes e as ciências humanas, ao se engajarem nos modos de lembrar e de narrar, colocam-se então como áreas de conhecimento e expressão disponíveis à escuta e invenção de figuras de pensamento atentas ao feito, ao dito e às eloquentes ausências. É importante ressaltar que as inscrições jamais pairam no ar, nem as vozes ressoam em terreno liso. Essas ações acontecem entre linhas de força, em territórios marcados por historicidades e conflitos, onde o lembrar pode ser meio de tomar posição, e o narrar e o escutar, caminhos para atravessar o interdito. Na medida em que a memória se afirma enquanto prática cultural e disputa de sentidos, torna-se impossível dissociá-la das redes de poder que modulam sua circulação, materializam as experiências e cadenciam as possibilidades de interpretação. É nesse plano que as engrenagens das políticas públicas produzem e editam as narrativas – como curadoras de lembranças e silêncios; como reguladoras de propriedades e identidades.

As políticas públicas, tal como pensamos aqui, não são apenas corpo rígido de leis e regras, mas um entramado de redes sociais territorializadas e de técnicas administrativas. Longe de operarem como estruturas fixas ou aparelhos normativos, manifestam-se como o efeito de práticas que constroem e fazem crer em determinada ordem do mundo. Por meio dessa magia do

Estado, a vida social é administrada e sujeitos são produzidos enquanto portadores de direitos e histórias. Trata-se de uma eficácia de base performativa que faz crer e ser através de práticas e dispositivos (Sousa Lima; Castro, 2021; Mitchell, 1999; Taussig, 1997). Uma lógica cuja força deriva da capacidade de impor classificações e fazê-las passar por naturais, evidentes e necessárias. Assim, governar é também produzir verdades – e sujeitos que nelas se reconheçam.

Nas contemporâneas possibilidades de invenção de mundos e de intervenção política, as memórias ambíguas encontram solo fértil. Ao questionarem consensos sociais e autoridades enunciativas, elas tensionam e embaralham as fronteiras entre o lembrado e o esquecido nas narrativas englobantes. Como operadoras de deslocamentos, escapam das molduras rígidas das políticas de reconhecimento e preservação e desafiam as lógicas classificatórias que indexam sujeitos, territórios e sentidos em categorias estáveis como cultura, nação ou sociedade. Ao contrário de uma memória cristalizada, insistem em transbordar, desviar e subverter.

GIRO INTERPRETATIVO E CRUZAMENTOS IMAGINATIVOS

As políticas de reconhecimento e preservação de memórias carregam as marcas de sua criação no âmbito do desenvolvimento do nacionalismo, da modernidade liberal europeia e do colonialismo. A imaginação de comunidades com territórios delimitados, portadoras de um relato histórico organizado e constituídas por um povo consciente de si, conferiu legitimidade a diversas configurações das elites políticas e econômicas, possibilitando a imposição de grupos hegemônicos perante subgrupos internos ou minoritários e perante outras nações (Anderson, 2008).

Por meio da mobilização da noção de herança nacional, atrelada a um senso de cuidado pastoral do passado material, os países ocidentais buscaram demonstrar superioridade social, racial e sexual, afirmando valores e gostos estéticos de grupos das camadas médias e altas. Remanescentes humanos, plantas, animais, peças de valor, imóveis e sítios foram deslocados de contextos semânticos e proprietários originais e inventariados, protegidos e exibidos, em uma série de procedimentos que lhes conferiram novas classificações, como bens culturais, históricos, etnográficos, artísticos, científicos, folclóricos etc. (Clifford, 1994; Handler, 1985).

A produção de uma identidade nacional, contudo, não foi fundada somente na adesão a ideais de progresso e civilização. Como diversos estudos demonstram, muitos bens pertencentes aos grandes museus históricos e universais foram adquiridos em guerras, pilhagens, confrontos,

dominação ou criminalização de grupos culturais (Vergès, 2023; Rassool, 2021). Do mesmo modo, a patrimonialização e a monumentalização de espaços só foram possíveis via eleição de determinadas expressões arquitetônicas e estilos de vidas como significativos, em detrimento de outras experiências construtivas e habitacionais acusadas de inautênticas, insalubres ou perigosas, que foram extintas ou transformadas (Guimarães, 2016; Meyer, 2009; Gamboni, 1997).

Sucessivos questionamentos a tal modelo autoritário de pertencimento eclodiram nas últimas décadas do século XX. Um rearranjo geopolítico global colocou em xeque as maneiras das sociedades lidarem com as memórias públicas de eventos traumáticos relacionados às guerras mundiais, às ditaduras latino-americanas, às comissões de verdade e reconciliação na África pós-apartheid, ao colonialismo, ao racismo, ao sexismo, à xenofobia e a diversas formas de dominação e opressão. Nesse contexto, produções intelectuais e artísticas expressaram anseios por uma ordem social pautada em relações mais simétricas e igualitárias.

A linguagem, antes vista como espelho, passou a ser compreendida como máquina operatória da organização de mundos, revelando-se o papel ativo do discurso ocidental na interpretação, classificação, hierarquização e no governo do que nomeava como “outro”. A ideia de transparência da verdade foi desestabilizada por autores que propuseram não ser possível descrever o mundo como se fosse algo dado, mostrando que toda descrição já era uma forma de inscrição e de produção do saber. E, portanto, vinculada a tecnologias disciplinares, técnicas de governo e regimes de visibilidade imersos em relações de poder. Nessa perspectiva, a própria linguagem era instável, opaca e fissurada; e os significados, provisórios (Foucault, 1977; Derrida, 1971).

Outros se concentraram na desconstrução do papel do conhecimento produzido sob as lógicas coloniais e imperiais, tanto revelando o orientalismo como tecnologia discursiva, como desvelando as camadas de silenciamento operadas mesmo nos atos mais bem-intencionados de representação. Suas abordagens recusaram a epistemologia dita universal e criticaram não apenas os eventos passados, mas em especial o modo como suas estruturas se inscreviam nos discursos e práticas institucionais no presente. Cada qual à sua maneira, eles denunciaram a persistência de uma gramática que se atualizava sob novas roupagens retóricas do desenvolvimento e do liberalismo econômico (Said, 2007; Spivak, 2010; Césaire, 2020; Fanon, 2022).

No campo da antropologia, esses debates começaram a se desenhar no final dos anos de 1970, reverberando com intensidade nas décadas seguintes com a inflexão paradigmática conhecida como giro interpretativo ou pós-modernidade – uma guinada hermenêutica que afastou a disciplina das explicações universais e buscou compreender a espessura dos significados e os

modos com os quais os sujeitos navegavam no interior de tramas culturais e relações de poder. As fronteiras da disciplina se tornaram cada vez mais porosas, com a emergência de abordagens centradas na linguagem e na representação da realidade social (Geertz, 1989; Clifford, 2002; Rosaldo, 1989).

A antropologia então se aproximou da literatura e das artes, pois o gesto etnográfico, assim como o artístico, implicava escolher como contar, o que ocultar e a quem escutar. Todas essas áreas partilhavam o esforço de dar forma ao indizível e de tornar visível o que resistia à representação imediata. Ao abandonar o ideal de objetividade e se reconhecer como prática situada, narrativa e política, os estudos antropológicos se aprofundaram na busca por escavar sentidos e dar densidade às formulações culturais da experiência (Marcus, 1991; Taussig, 1993; Abu-Lughod, 2018). A linguagem, ao se tornar a matéria de produção e análise, foi operada a partir de seu potencial de performar verdades, distribuir lugares de fala e silêncio e sustentar a instabilidade do sentido e a tensão entre o vivido e o narrado (Castro, 2014).

Nesse território marcado por deslocamentos e margens, a memória ambígua se apresentou não como ruído ou discurso lacunar, mas como linguagem em estado de fricção e perpassada por negociações, estratégias e brechas. Não fazia mais sentido pensar os procedimentos destinados a reconhecê-las publicamente como transparentes, neutros ou consensuais; preservar ou deixar escapar era sempre um ato político.

A MEMÓRIA COMO CAMPO DE BATALHAS

A transformação de diversos contextos locais propiciou que comunidades políticas subalternizadas, excluídas ou perseguidas elaborassem narrativas capazes de comunicar publicamente suas experiências. Encontrar pontos de convergência interna, fabular a partir de lacunas, imaginar referenciais próprios de autenticidade, tradição e originalidade; todos esses recursos foram mobilizados para fabricar suas consciências coletivas. E, na disputa pelos sentidos do passado, foram criados espaços institucionais, artísticos, culturais, científicos e pedagógicos, organizados e materializados como museus, áreas de preservação, filmes, biografias, intervenções artísticas etc.

Devido a uma série de fatores, o Holocausto se consolidou como figura de linguagem universal do trauma. O julgamento de Nuremberg em 1945 abriu o precedente para a criação do direito penal internacional, consolidando como categorias jurídicas os crimes contra a paz,

os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade. Já a transmissão televisiva das falas das vítimas durante o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, produziu uma nova dinâmica para a cultura pública da memória de eventos traumáticos. Bem como a minissérie *Holocaust: The Story of the Family Weiss*, veiculada nos Estados Unidos, em 1978, e em seguida na Alemanha Ocidental, alçou à cultura de massas a dramatização da destruição social causada pelo nazismo. Atravessados pela campanha política de formação do Estado de Israel, esses eventos transformaram as recordações do genocídio do povo judeu em metáfora mundial, que passou a ser acionada em diferentes circunstâncias atreladas às políticas de memória (Wiewiora, 1998; Huyssen, 2000).

A queda do muro de Berlim também abriu fissuras nas narrativas nacionais, ao possibilitar a emergência de memórias que restavam subterrâneas desde a Segunda Guerra Mundial. Ganhou então visibilidade uma historiografia interessada em deslocar o olhar para as experiências de sujeitos particulares e singulares, voltando-se para as “análises dos incidentes” que traziam à tona episódios silenciados ou relegados às margens e revelavam cumplicidades esquecidas, traumas reprimidos e as lógicas dos que preferiram se calar (Darnton, 2005). A elaboração do passado assumiu um novo papel na esfera pública, com o reconhecimento das vítimas e a nomeação dos perpetradores, a explicitação dos mecanismos de apagamento e negação que haviam tornado as memórias interditadas, e a revisão profunda dos vínculos identitários. Ficou então evidente que essas memórias haviam resistido, sendo organizadas e transmitidas em ambientes privados por meio de redes restritas de circulação, conversas de família, periferias e bairros, e por guardiões que aguardavam um contexto favorável para trazê-las à tona (Pollak, 1989).

No âmbito da historiografia francesa, uma ampla revisão crítica de sua história contemporânea foi realizada em especial por aqueles que contrariavam as narrativas nacionais de orgulho republicano e missão civilizatória. A exposição da colaboração do regime de Vichy com a Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial desfez o mito da resistência generalizada, revelando a ativa participação do governo francês na deportação de milhares de judeus (Paxton, 1972; Rousso, 1987). Outra frente de revisão se tornou emblemática: a da guerra de independência da Argélia (1954-1962) que, após ser tratada por décadas com silêncio oficial, foi pesquisada sobretudo em relação às práticas de tortura e repressão sistemáticas (Stora, 1991; Branche, 2001).

Em um sobrevoo aos debates travados na América Latina, a literatura se afirmou como espaço privilegiado para a reconstrução de memórias coletivas e a denúncia dos mecanismos históricos de opressão que atravessaram o continente. Por meio de narrativas que entrelaçavam o lírico, o realismo fantástico, o histórico e o político, diversos autores mobilizaram experiências

individuais e coletivas sobre processos mais amplos de dominação. A escrita literária se apresentou, assim, como instrumento de revelação das estruturas coloniais e neocoloniais que marcaram o passado e seguiram moldando as formas de vida, os saberes e os não ditos, em um esforço contínuo de comunicar as feridas de um continente historicamente pilhado.

Obras como *O século das luzes*, de Alejo Carpentier, publicada em 1962, e *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, de 1971, enfrentaram a história do continente cruzando mito e política, realismo e transcendência em uma chave estética e ética que buscou compreender as múltiplas camadas de dominação e resistência latino-americana. Outras procuraram dar forma à densidade simbólica da colonização ou das utopias revolucionárias, como em *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, publicada em 1967, e em *Quarup*, de Antônio Callado, de 1967. Já em *Conversa na catedral*, de Mario Vargas Llosa, de 1969, e na pentalogia nominada de *Guerra silenciosa*, de Manuel Scorza (1970-1979), os autores mergulharam na violência política e nas promessas não cumpridas da modernização do Peru.

Nesses escritos, a denúncia das estruturas de dominação se articulou à invenção literária como ato de resistência, fazendo da linguagem um lugar de memórias, conflitos e utopias. Essa dimensão criativa e contestatória da literatura aproximou-se do Direito na medida em que ambos os campos abriam espaço para a expressão de vozes subalternas e para a elaboração de alternativas simbólicas e práticas à ordem dominante. Assim como o Direito Insurgente emergiu dos anseios dos explorados, a literatura engajada projetou imaginários de justiça que rompiam com a legalidade instituída e afirmavam a legitimidade das lutas por reparação (Caciatori; Fagundes, 2018).

Muitas pesquisas realizadas sobre o Brasil expuseram as formas pelas quais o Estado vem exercendo poder sobre populações e como elas têm reinventado suas identidades. Estudos sobre as políticas de colonização e imigração revelaram a modelagem de uma identidade nacional a partir da valorização de europeus e da marginalização de indígenas e camponeses, reforçando hierarquias étnico-raciais que atravessaram a formação social (Seyferth, 1990). Análises sobre a constituição do poder tutelar também mostraram que o indigenismo oficial operou como instrumento de conquista e domesticação dos povos indígenas, buscando invisibilizar essas populações nos projetos de construção nacional e perpetuando práticas coloniais sob novas roupagens institucionais (Souza Lima, 1995; Oliveira, 1990). Reflexões sobre a formação de uma agenda de afirmação da identidade afro-brasileira também demonstraram as mobilizações políticas travadas em torno da contestação do discurso hegemônico de “democracia racial” que celebrava a suposta convivência harmônica entre grupos culturais-raciais (Rios, 2012; Guimarães, 2001).

Não seria possível, no escopo de um artigo, abranger todas as vertentes teóricas e produções artísticas que influenciaram e produziram novas políticas e poéticas de memória. Mas sinalizamos que, nesse período, intensificaram-se as demandas por responsabilização histórica e pela valorização da pluralidade das narrativas dos que se perceberam vitimados por diversas facetas das violências coloniais, imperiais ou estatais, abrindo brechas para a emergência de outras vozes na arena pública.

MODULAR NARRATIVAS, DISSOLVER CONSENSOS

Entre os desdobramentos dessa reestruturação da ordem mundial, a ascendência do léxico da “violação de direitos humanos” e do “dever de memória” muniu comunidades políticas de noções como reconhecimento, justiça e reparação, possibilitando a elaboração social das figuras das vítimas e algozes e a organização de suas demandas jurídicas (Mattei; Nader, 2013; Ledoux, 2016; Barbot; Dodier, 2023). O que tem tornado as políticas de memória um campo de batalhas cada vez mais amplo, no qual diferentes lógicas encenam disputas em torno de tratados de direitos humanos e culturais, de dinâmicas de poder transnacionais, nacionais e locais, e de toda sorte de mercantilização (Guimarães; Castro, 2023).

As disputas pela memória da diáspora negra e da escravidão nas antigas colônias ultramarinas francesas, por exemplo, provocaram discussões sobre a permanência de suas hierarquias no imaginário contemporâneo do país. Devido às mobilizações sociais e intelectuais, a França foi impelida a iniciar um processo formal de reconhecimento do passado escravocrata, tendo como marco importante a Lei Taubira de 2001, que reconheceu oficialmente a escravidão como crime contra a humanidade e abriu caminho para uma série de propostas sobre reparação simbólica. A experiência pós-colonial começou a ser pensada a partir dos fenômenos engendrados pelo fato colonial – não apenas como eles se prolongaram, mas também como se transformaram, se radicalizaram e têm se reconfigurado nas múltiplas formas de exclusão e conflitos que marcam a sociedade francesa atual. Críticas à ocultação da persistência da desigualdade racial pelo universalismo republicano evidenciaram como o passado continua moldando as condições de subalternidade das minorias raciais na França, como componente ativo das desigualdades, representações e exclusões vividas hoje, em especial pelas populações oriundas da diáspora africana, caribenha e magrebina (Ndiaye, 2008; Myriam Cottias, 2007; Bancel; Blanchard; Lemaire, 2005).

As memórias públicas sobre o Holocausto tampouco ficaram congeladas nas suas primeiras concepções. Sucessivas modulações narrativas adequaram seus léxicos às demandas políticas do tempo presente. Assim, reformulações foram operadas nas expografias de museus dedicados às suas memórias. Durante a década de 1990, por exemplo, o Memorial de Bergen-Belsen, na Alemanha, foi remodelado para destacar as condições do campo e a experiência dos prisioneiros judeus; e a Casa de Anne Frank, em Amsterdã, foi expandida entre 1999 e 2001 com ênfase discursiva em direitos humanos. Já no início do século XXI, o Memorial da Shoá, em Paris, enfatizou as responsabilidades do regime de Vichy no genocídio, e o Museu do Holocausto de Budapeste, inaugurado em 2004, abordou de forma crítica a colaboração húngara na deportação de judeus.

Diversos estudos também têm problematizado o próprio estatuto patrimonial de determinados locais e modos de vida. A atuação de agências internacionais como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) recebem críticas tanto por incentivarem o espraiamento das práticas e discursos patrimoniais e museais ocidentais para outras partes do mundo, quanto por encenarem um “discurso patrimonial autorizado” por meio da mediação de especialistas técnicos e estéticos, que produzem e consolidam narrativas hegemônicas de nação e classe (Smith, 2006). Multiplicam-se ainda os questionamentos sobre as dificuldades encontradas por grupos marginalizados ou subalternizados de participar dos processos de salvaguarda, interpretação, exibição e gestão de seus bens culturais e sítios preservados; contestações de gestores e vizinhanças quanto ao caráter oneroso e indesejado da proteção de locais e imóveis, explicitando a falta de consenso em relação às seleções efetuadas por peritos e associações de viés preservacionistas; além de inúmeras críticas voltadas à mercantilização econômica e turística promovidas via patrimonialização cultural e seus efeitos nas sociabilidades e dinâmicas populacionais (Guimarães, 2014; Peixoto, 2018; Proença, 2010; Trajano, 2012).

Em outra vertente de debates, estudos como os de Françoise Vergès (2023) têm problematizado os museus dedicados à arte e à história como reificadores das desigualdades cotidianas, apontando que seus espaços acabam por ecoar a ordem social liberal ao submeterem as pessoas que operam ações rotineiras de limpeza, vigilância, cozinha, pesquisa e administração a condições precárias de trabalho. Em uma alegoria crua e didática, a autora explicita que “todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras e racializadas abrem a cidade” para que outras mulheres também periferizadas se dirijam às casas de classe média para cozinhar, cuidar de crianças e idosos, liberando seus empregadores para trabalhar, praticar esportes e fazer compras em lugares limpos pelo primeiro grupo de mulheres (Vergès, 2020, p. 18-19).

Em múltiplas perspectivas, portanto, as políticas de memória agenciariam ideais de herança nacional e universal excluientes de outros modos coletivos de pertencimento. Desse modo, não bastaria apenas expor “obras decoloniais” com a ideia de diversificar o que está nas paredes dos museus.

Butler e Athanasiou (2013) associam a confluência de relações de poder ao uso cotidiano de categorias de linguagem tomadas como universais. São exemplares a identificação do humano por expressões que remetem ao masculino ou a definição da palavra “mulher” a partir de experiências supostamente partilhadas por todas, embora marcadas por evidentes pertencimentos e hierarquias sociais (Butler, 2003). Termos usuais em torno de um humano genérico tecem consequentemente vidas distantes dos relatos, abjetas, tomadas como exceção ou particularidade. Para pensar a expressão de populações e percursos diversos, as autoras sugerem “fissurar o sujeito” e forjá-lo em sua diferença, a partir de um deslocamento que abra novo lugar para o corpo e suas mensagens de raça, etnia, origem geográfica, gênero, sexualidade, performatividade e compleição física. Novas possibilidades de expressão poderiam então se materializar com a desestabilização do *status* dos museus, instituições oficiais e festas públicas, o que implicaria tornar visível em todos eles a corporificação do emissor e de seus receptores (Marques, 2020).

Ao deslocarem os limites entre crítica e criação, história e ficção, escritoras também têm proposto formas de ler, lembrar e escrever a partir do que foi apagado, mutilado ou distorcido, tornando a literatura uma forma de sobrevivência e reinvenção que parte do inacabado, da não resolução histórica e da aproximação ética com os silêncios, vestígios e interrupções (Azoulay, 2024). Em *Vidas rebeldes, belos experimentos*, Saidiya Hartman (2022) elaborou uma escrita desafiadora da lógica do arquivo e da prova documental, restituindo densidade às vidas negras estadunidenses em metodologia que nomeou de “fabulação crítica”. Em *No vestígio: negritude e existência*, Christina Sharpe (2023) desenvolveu uma poética da perda e do naufrágio, performando em sua escrita uma vivência dos vestígios da escravidão, onde o presente é atravessado pela violência histórica.

Na ressonância desses debates no Brasil, Ana Maria Gonçalves (2006) deu voz a uma subjetividade negra silenciada pelos registros institucionais da nação em *Um defeito de cor*. O romance evidenciou o entrelaçamento das dinâmicas de poder racial, de gênero e de classe na estruturação das desigualdades profundas na formação social brasileira. Ao mesmo tempo, tensionou as idealizações da ancestralidade africana ao apresentar uma protagonista moralmente complexa, cujas escolhas ambíguas refletiam os dilemas éticos e afetivos vividos sob as condições extremas da escravidão e seu sistema de desumanização, ruptura cultural e

apagamento identitário.

Em uma perspectiva autobiográfica, Gabriela Wiener (2023) desvelou em seu romance *Exploração* a complexidade da formulação das identidades latino-americanas e europeias, mostrando como ambas se constroem por meio de camadas de privilégio, dor e desejo. A narrativa expôs sua relação assimétrica com a Europa, que aparece ora como ideal de civilização e pertencimento, ora como fonte de ressentimento e exclusão, mas sempre marcada pelo trauma colonial que organiza afetos, corpos e memórias. Ao desmontar as fantasias de pureza, superioridade e apagamento do outro que sustentam o imaginário europeu, a escritora propôs, em seu lugar, uma identidade fluida, mestiça e contraditória, capaz de encarar as fraturas internas do sujeito pós-colonial sem buscar conciliação fácil ou total.

Nessas propostas e novas formulações de mundo, os museus e patrimônios nacionais e universais emergem como campo de batalha contra as desigualdades estruturais globais de classe, raça e gênero, decorrentes da escravidão, colonização, capitalismo, racismo e imperialismo. Os processos de acumulação por expropriação, a monopolização de terras e mares, a exploração de corpos não brancos, as transferências de riquezas, a crise climática, a volta dos nacionalismos xenófobos, as formas de censura de expressão, a ocupação e destruição do patrimônio da Palestina – todas essas questões contemporâneas vêm sendo pautadas por diversas formas de expressão, materialização e circulação de ideias sobre o passado e suas consequências para as lutas do futuro.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DO DOSSIÊ

Ecoando muitos desses debates, este dossiê abriga cinco artigos que confirmam a contribuição das ciências humanas e sociais, e da antropologia em particular, no estudo das relações de poder que perpassam a fabricação, exibição e gestão das memórias públicas. São textos que trazem como forte característica o caráter etnográfico das pesquisas, em sua acepção contemporânea e ampla, e se dedicam à compreensão de assuntos como etnicidade, raça, nacionalidade, colonialismo e neoliberalismo e seus cruzamentos com as formações das identidades coletivas e individuais que se modificam a partir de turbulências, fragmentos, referências interculturais e associações globais.

O artigo *Angola, o 27 de maio e os complôs memórias à luz de conspirações*, de Marcela Santander, parte de um episódio de violência política extrema ocorrido em Angola no pós-

independência – o 27 de Maio de 1977, uma tentativa fracassada de golpe de Estado, seguida pela repressão brutal orquestrada pelo governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e que resultou em milhares de mortes e desaparecimentos. Como mostra a autora, a dissidência interna foi logo convertida em “conspiração” e “traição” por meio da construção discursiva dos “inimigos”. Mas, ao invés da “suspeição” ou “deslegitimização” desses enredos, sua análise busca evidenciar as lacunas, ausências e manipulações das histórias nacionais.

Santander demonstra como as disputas pelo poder são marcadas pela luta por legitimidade discursiva: no contexto em foco, dizer a verdade era um privilégio político, enquanto opositores foram desautorizados e ameaçados. Assim, a linguagem não apenas nomeou o inimigo, mas o produziu, traçando fronteiras entre o legítimo e o ilegítimo, o revolucionário e o traidor. Nesse horizonte, o discurso conspiratório foi interpretado como prática política situada, que mobiliza categorias, desloca enunciadores e reconfigura o campo da verdade. Sua conclusão foi que a construção do inimigo se dava por meio da repressão física ou institucional e, sobretudo, através da disputa linguística que decidia quem podia falar e ser ouvido, e sob que condições aquilo que era dito se convertia em verdade autorizada.

Outro episódio violento, dessa vez perpassado pelo racismo religioso e ocorrido no Brasil, é trazido no artigo *O processo de patrimonialização da Coleção Perseverança enquanto patrimônio de memória sensível*, de Maicon Fernando Marcante. Tema revisitado por distintas gerações da antropologia brasileira, o episódio passado em Maceió e conhecido como a Quebra de Xangô deu-se no contexto de disputas políticas no governo de Alagoas durante a Primeira República, levando à invasão e destruição de móveis e utensílios de terreiros e ao roubo de cerca de 200 objetos litúrgicos.

Ao propor a leitura da patrimonialização da Coleção Perseverança como patrimônio de memória sensível, Marcante desloca interpretações anteriores que pensaram a Quebra do Xangô como a explicitação de uma legislação conivente com a violência sofrida pelos povos de terreiro e a denúncia à constituição problemática da memória nacional. Seu argumento é que nessas leituras as variadas formas de silenciamento no episódio permaneceram embotadas. O autor então sugere que a compreensão da produção do silêncio na Quebra do Xangô demanda engajamento explícito com formas de “atribuição de valor” dos diferentes sujeitos envolvidos no processo. Para tanto, acompanha o processo de instrução do tombamento federal da Coleção Perseverança pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), buscando explorar as interlocuções com os sentidos atribuídos pelos religiosos de matriz africana. O que, defende, possibilita que os objetos da coleção sejam entendidos a partir de outras formas valorativas, ressaltando experiências distintas para diferentes agentes durante o processo de

patrimonialização.

Abordando as formas de representação e institucionalização das histórias nacionais, a pesquisadora-curadora Ana Paula Rocha de Oliveira e o pesquisador-artista Paulo Victor Dias refletem sobre as transformações que vêm ocorrendo no campo da arte contemporânea engajada. No artigo *Memórias em rasura: arte e tecnologia na reinterpretation do passado*”, eles abordam as novas estratégias desenvolvidas por artistas em instituições museológicas visando uma aproximação entre a prática artística e o fazer curatorial no processo de crítica ao colonialismo. A partir do diálogo com debates memorialistas e museográficos e do uso de novas tecnologias, eles analisam trabalhos que buscam reinventar e construir narrativas sobre sujeitos historicamente marginalizados, como indígenas, mulheres, pessoas negras e trans.

O artigo explicita como a luta contra o colonialismo epistemológico, visual e econômico e o questionamento da historiografia disseminada pelos arquivos oficiais têm sido mobilizados por uma complexa rede composta por diferentes agentes do mundo da arte contemporânea. Descrevendo os processos criativos dos artistas Fred Wilson (Estados Unidos); Sammy Baloji (Congo) e Tiago Sant’Ana (Brasil), e em diálogo com suas próprias práticas, os autores refletem sobre as possibilidades abertas pelos equipamentos digitais, scanners e grandes redes de armazenamento de dados no uso de procedimentos como fotografia, vídeo, colagem digital e de objetos tridimensionais em propostas instalativas e performáticas. Como desafio para os tempos atuais, os autores apresentam a pergunta do artista estadunidense Titus Kaphar: “Existe alguma forma de corrigir nossos monumentos? Não apagá-los, mas corrigi-los?”.

Já a gramática contemporânea da memória, justiça e reparação operada em demandas jurídicas é trazida no artigo *Las luchas por el futuro: víctimas y expertos frente a tres infraestructuras conmemorativas*. Diego Zenobi analisa a disputa pela memória pública sobre o incêndio ocorrido durante um show de rock em uma boate de Buenos Aires em 2004, que resultou na morte de 194 jovens. Ao etnografar as lutas travadas pelos sobreviventes e familiares das vítimas nos anos seguintes ao evento, ele reconstrói os encontros e dissensos que envolveram administradores públicos, agentes privados, vizinhanças e especialistas da arquitetura e psicologia.

Seu foco analítico se detém nas criações, transformações, destruições e usos de três infraestruturas comemorativas – o Santuário, a Plaza de la Memoria e o Memorial –, que deram forma pública tanto ao sofrimento quanto ao pleito pela responsabilização legal dos agentes estatais e privados culpados pela tragédia e pela reparação às vítimas. No artigo, Zenobi evidencia como que, na figuração particular conformada em torno da tragédia, cada ator social mobilizou princípios de legitimação diferentes, que modularam as intervenções nos espaços

em busca de provisórios “consensos”. Assim, ele demonstra as relações de interdependência recíprocas estabelecidas entre diferentes pessoas ao longo do processo de reconhecimento oficial da memória da tragédia, e como essas interações foram expressas por meio da interpretação, organização urbanística e exposição estética das infraestruturas comemorativas.

Encerrando o dossiê, o artigo *O teleférico do Morro da Providência nas tramas das políticas de memória, patrimônio e imagem da favela do Rio de Janeiro*, de Ana Clara Chequetti, aborda a construção de uma infraestrutura voltada ao marketing urbano e ao turismo de massas e seus contra usos por moradores, movimentos sociais e artistas. A autora etnografa o processo de transformação do Morro da Providência em patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, como parte de um circuito histórico que operaria tanto dentro da comunidade quanto de modo mais amplo, ligado a outros pontos turísticos da região portuária. Em sua análise, a patrimonialização da favela foi um projeto idealizado pela prefeitura associado a políticas de apagamento, militarização, remoção e embranquecimento, que buscavam tornar a Providência um exemplo de “ex-favela” e representar sua história em cenários vazios.

Ao acompanhar a trajetória de construção do teleférico na favela no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016, seu posterior abandono e a retomada de seu funcionamento em 2024, Chequetti tensiona os projetos municipais. Seu argumento é que, mesmo quando inativo, o teleférico continuou enredado em densas relações políticas, sociais, econômicas e simbólicas do território, ao ser ocupado por rodas de samba, encontros, festas e atividades culturais. A longo prazo a infraestrutura foi, assim, reterritorializada e agenciou novos significados e práticas, estimulando o surgimento de movimentos culturais, artísticos, educacionais e turísticos que estabeleceram narrativas históricas, símbolos e imagens associados à resistência da cultura negra.

Com esse conjunto de artigos, o dossiê logrou reunir produções que tiveram nas “memórias ambíguas” foco privilegiado de análise, fossem elas indexadas a revisões de narrativas históricas, a processos de restituição de objetos religiosos, a intervenções curatoriais e em acervos museais ou às disputas em torno de infraestruturas memoriais e patrimonialização de símbolos do passado. Nessa seleção, a variedade de abordagens teóricas e opções metodológicas dos artigos se deveu à própria pluralidade de caminhos que têm sido trilhados no âmbito da formulação ou contestação das memórias públicas.

REFERÊNCIAS

1. ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. Tradução de Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego; Leandro Durazzo. **Equatorial, Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018 [1991]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 17 maio 2025.
2. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [1983].
3. ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. São Paulo: Editora Unicamp, 2021. [2006].
4. AZOULAY, Ariella Aïcha. **História Potencial**: Desaprender o imperialismo. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024. [2019].
5. BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; LEMAIRE, Sandrine (org.). **La fracture coloniale**: La société française au prisme de l'héritage colonial. Paris: La Découverte, 2005.
6. BARBOT, Janine; DODIER, Nicolas. Construir uma abordagem sociológica da reparação. Tradução de Roberta Sampaio Guimarães. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 55, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/57063/35397>. Acesso em: 19 maio 2025.
7. BRANCHE, Raphaëlle. **La torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie**: 1954–1962. Paris: Gallimard, 2001.
8. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
9. BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession**: The performative in the political. Cambridge: Polity, 2013.
10. CACIATORI, Emanuela; FAGUNDES, Lucas. Direito e literatura latino-americana: os direitos humanos insurgentes na guerra silenciosa de Manuel Scorza. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 264-284, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28956/21484>. Acesso em: 17 maio 2025.
11. CALLADO, Antônio. **Quarup**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
12. CARPENTIER, de Alejo. **O Século das Luzes**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. [1962].

13. CASTRO, João Paulo Macedo e. Ritos da memória: trajetórias e experiências sobre a ditadura militar. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 7-38, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/FYGRFrVvPL88JbBdDZ9pp9h/>. Acesso em: 19 maio 2025.
14. CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.
15. CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. [1988].
16. CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. Tradução de Anna O. B. Barreto. **Revista do Patrimônio**, [s. l.], v. 23, p. 69-89, 1994.
17. COTTIAS, Myriam. **La question noire**: Histoire d'une construction coloniale. Paris: Bayard, 2007.
18. DARNTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do quotidiano. Tradução de René Lommez. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 289–304, 2005.
19. DERRIDA, Jacques. **A escrita e a diferença**. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971.
20. FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
21. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
22. GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 1979. [1971].
23. GAMBONI, Dario. **The Destruction of Art**. Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution. London: Reaktion Books, 1997.
24. GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Cem Anos de Solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2005. [1967].
25. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. [1973].
26. GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
27. GUIMARÃES, Antonio Sergio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 61, p. 147-162, 2001.
28. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África**: Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

29. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 149-168, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/58969>. Acesso em 19 maio 2025.
30. GUIMARÃES, Roberta Sampaio; CASTRO, João Paulo Macedo e. A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 63-82, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2023.204420>. Acesso em 19 maio 2025.
31. HANDLER, Richard. On having a culture. In: STOCKING, George (org.). **Objects and others: Essays on museums and material culture**. Madison: The Wisconsin University Press, 1985. p. 192-217.
32. HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022. [2019].
33. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
34. LEDOUX, Sébastien. **Le devoir de mémoire**: Une formule et son histoire. Paris: CNRS, 2016.
35. MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 34, p. 197-221, 1991.
36. MARQUES, Roberto. Problemas de patrimônio como problemas de gênero: disjunções entre feminismo e cultura popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha (CE). **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 463-491, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intersecoes/article/view/56792>. Acesso em: 19 maio 2025.
37. MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem**: Quando o Estado de Direito é ilegal. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
38. MEYER, Esther da Costa. The place of place in memory. In: TREIB, Marc (ed.). **Spatial recall**: Memory in architecture and landscape. New York; London: Routledge, 2009. p. 177-193.
39. MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the state effect. In: STEINMETZ, George (ed.). **State/culture**: State-formation after the cultural turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.
40. NDIAYE, Pap. **La condition noire**: Essai sur une minorité française. Paris: Calmann-Lévy, 2008.
41. OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

42. PAXTON, Robert. **Vichy France**. Old Guard and New Order, 1940–1944. New York: Alfred A. Knopf, 1972.
43. PEIXOTO, Paulo. A linguagem consensual do patrimônio. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATI, Marcelo Antonio (org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural: Identidades, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2018. p. 137-149.
44. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
45. POMIAN, Krzysztof. **Coleção. Encyclopédia Einaudi 1: Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
46. PROENÇA, Rogério. A Exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 73-88, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100006>. Acesso em: 19 maio 2025.
47. RASSOOL, Ciraj. Remaking the Museum after colonialism. In: EMMERLING, Leonhard; GUPTA, Latika; PROENÇA; Luiza; BIWA, Memory (ed.). **Museums | Futures**. Wien - Berlin: Goethe Institute & Turia + Kant, 2021. p. 339-356.
48. RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 85, p. 41-79, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100003>. Acesso em: 23 maio 2025.
49. ROSALDO, Renato. **Culture & Truth**. The remaking of social analysis. Boston: Beacon Press, 1989.
50. ROUSSO, Henry. **Le syndrome de Vichy (1944-1987)**. Paris: Le Seuil, 1987.
51. SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
52. SCORZA, Manuel. **Garabombo, o invisível**. São Paulo: Círculos, 1975.
53. SCORZA, Manuel. **O Cavaleiro Insone**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
54. SCORZA, Manuel. **Cantar de Agapito Robles**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
55. SCORZA, Manuel. **A tumba do relâmpago**. São Paulo: Nova Fronteira, 1979.
56. SCORZA, Manuel. **Bom dia para os defuntos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
57. SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e identidade nacional**. Petrópolis: Vozes, 1990.

58. SHARPE, Christina. **No vestígio**: Negridade e existência. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023. [2016].
59. SMITH, Laurajane. The discourse of heritage. In: SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Londres: Routledge, 2006. p. 11-43.
60. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
61. SOUZALIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. Para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; DIAS, Caio Gonçalves (org.). **Maquinaria da unidade; bordas da dispersão**: Estudos de antropologia do Estado. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021. p. 92-122.
62. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
63. STORA, Benjamin. **La gangrène et l'oubli**: La mémoire de la guerre d'Algérie. Paris: La Découverte, 1991.
64. TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e homem selvagem**: Um estudo sobre o terror e a cura. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Paz e Terra, 1993. [1987].
65. TAUSSIG, Michael. **The Magic of the State**. New York: Routledge, 1997.
66. TRAJANO, Wilson. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: SANSONE, Livio (org.). **Memórias da África**: Patrimônios, museus e políticas das identidades. Salvador: EDUFBA: ABA, 2012. p. 11-40.
67. TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**: Ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano Moraes. Niterói: EdUFF, 2008. [1974].
68. VARGAS LLOSA, Mario. **Conversa na Catedral**. Tradução de Ari Roitman; Paulina Wacht. São Paulo: Alfaquara, 2016. [1969].
69. VERGÈS, Françoise. **Programa da desordem absoluta**: Decolonizar o Museu. Tradução de Marina Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
70. VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
71. WIENER, Gabriela. **Exploração**. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Todavia, 2023.
72. WIEVIORKA, Annette. **L'Ère du témoin**. Paris: Plon, 1998.

Roberta Sampaio Guimarães

Professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3393-4398>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: guimaraes.roberta45@gmail.com

João Paulo Macedo e Castro

Professor do Departamento de Ciências Sociais e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5002-4615>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: castro.jpm@gmail.com

Roberto Marques

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri. Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5494-6462>. Colaboração: Seleção e sistematização de artigos, Redação da apresentação, Revisão. E-mail: roberto.marques@uece.br